

O ambiente construído e a politização do cotidiano nas favelas cariocas

*Mariana Cavalcanti**

Resumo

Este artigo parte de uma discussão em torno da emergência do termo *underclass* na sociologia norte-americana, para avaliar como sua crítica tem aberto um campo problemático que enfoca a *agency* de atores políticos situados em contextos estruturais e culturais considerados marginais. Em seguida, apresento alguns resultados de uma pesquisa etnográfica ora em curso sobre as relações entre o ambiente construído das favelas cariocas e a constituição de seus moradores como sujeitos políticos no plano cotidiano. Argumento que, historicamente, a luta pelo direito à permanência na favela constituiu um lugar privilegiado de politização das favelas e tento dar conta de como o esvaziamento do imaginário da remoção como “solução” para o “problema” das favelas, aliado ao aumento da criminalidade violenta, tem transformado as condições de possibilidade dessa politização do cotidiano. *Palavras-chave:* ambiente construído; política; Rio de Janeiro; favelas; localidade.

Abstract

This article begins by discussing the emergence of the term ‘underclass’ in North-American Sociology, in order to assess how its critique has opened a field of inquiry that emphasizes the agency of political actors situated in structurally and culturally ‘marginal’ contexts. I then present some

* Mariana Cavalcanti é doutoranda em Antropologia Sociocultural pela Universidade de Chicago. A autora agradece à Fundação Capes pela concessão da bolsa de doutorado pleno no exterior, que vem permitindo o desenvolvimento da presente pesquisa. E-mail: mari_cavalcanti@uol.com.br

preliminary results of my ongoing ethnographic research on the relations between the constructed environment of Rio de Janeiro's favelas (slums) and the constitution of their residents as political subjects on a daily level. I argue that, historically, the struggle for the right to remain in the favela has constituted a privileged site for the politicization of the favelas, and attempt to account for how the demise of favela removal programs in conjunction with the rise in violent criminality has transformed the conditions of possibility of this politicization of daily life.

Key-words: *built environment; politics; Rio de Janeiro; favelas; locality.*

Introdução

Na cada vez mais vasta literatura especializada sobre as favelas cariocas, uma ausência se faz notável: a escassez quase absoluta de textos que tratem de seu ambiente construído a partir de uma perspectiva qualitativa.¹ Tal ausência torna-se ainda mais surpreendente se levarmos em conta que, historicamente, a forma física da favela desempenhou um papel fundamental em sua construção social como um espaço singular, geralmente definido de modo negativo em relação à cidade “formal”. Especialmente nas primeiras décadas do século XX, a forma construída da favela – aquela à qual Alfred Agache se referiu como a “lepra da estética” (Agache 1930) – figurava como seu principal traço, ao qual corresponderiam, na visão de médicos, planejadores urbanos e outros técnicos influenciados pelo funcionalismo e pelo positivismo, formas de sociabilidade marcadas pela anomia, em descrições que as configuravam como a materialização do conceito das classes perigosas, tão caro à medicina higienista do século XIX.

Em suma, e como já foi notado por diversos autores, a própria forma construída das favelas delimitava suas fronteiras e as definia como um “antro” de doenças e de criminalidade, definição esta que se estendia aos seus moradores. Esses temas perduraram ao longo do

¹ Exceções são os trabalhos de arquitetos como Jacques (2001) e Casé (1996). Contudo, ambos trabalham em uma perspectiva urbanística em um sentido mais estrito, sem maiores incursões pelas ciências sociais. Aspectos quantitativos são trabalhados em diversos textos para dar conta das condições de saneamento e do grau de urbanização das favelas, e, mais recentemente, figuram em estudos como o de Abramo (2003) sobre o mercado imobiliário das mesmas.

século passado, engendrando e justificando o imaginário recorrente da remoção, e persistem até os dias de hoje, sobretudo no espaço público, sob a forma da denúncia sobre riscos ecológicos, às vezes articulando-se à criminalidade violenta, que, por sua vez, vem se configurando como a questão política central da cidade do Rio de Janeiro.

O presente artigo visa mobilizar alguns elementos históricos, analíticos e etnográficos no sentido de contribuir para preencher – ainda que de modo exploratório e preliminar – essa lacuna de estudos qualitativos sobre o ambiente construído das favelas cariocas, desde a perspectiva daqueles que o habitam. Seu recorte analítico privilegiará a análise do ambiente construído para retrabalhar questões já consagradas no estudo das favelas cariocas, a saber, os modos de formação de identidades de seus moradores e da constituição dos mesmos como sujeitos políticos.

Os elementos-chave para a constituição desse objeto de estudo há muito figuram na produção das ciências sociais sobre a sociedade brasileira em geral e sobre as favelas especificamente. Em primeiro lugar, parece haver um aparente consenso de que a forma paradigmática da sociabilidade no Rio de Janeiro é melhor descrita em termos de uma proximidade física e distância social (Lessa, 2000, p. 181; Oliveira, 1996, p. 75, entre outros). As divergências em torno desse tema giram em torno de como melhor explicar essa diferença, ou a singularidade da favela, uma vez que essa constatação corre o risco de engendrar teorias de isolamento cultural de seus moradores, como atesta a longa discussão em torno do “mito da marginalidade” e as periódicas reedições de argumentos que reproduzem, de modo mais ou menos sofisticado, a surrada idéia de uma “cultura da pobreza” (Lewis [1955] 1965). Na próxima seção, portanto, discutirei como uma tendência recente na sociologia norte-americana, de explicar a diferença cultural do gueto através de uma leitura que atente simultaneamente para os aspectos estruturais e culturais, pode ser útil para um estudo dos sentidos e relações sociais que se estabelecem dentro e através da construção do espaço físico da favela.

Em segundo lugar, este texto se apóia em uma tendência em vigor desde ao menos os anos 80 na literatura especializada sobre as favelas cariocas, que, na esteira dos estudos sobre os movimentos

sociais no período da abertura política, vem enfatizando a centralidade da vizinhança – ou da “comunidade”, para usar o termo “nativo” – como *locus* fundamental de socialização e para a formação de identidades sociais. O argumento geral embasando essas hipóteses é o de que, devido à instabilidade ocupacional que define grande parte das trajetórias de vida de moradores das favelas, é a partir de redes de solidariedade locais e nos lugares de moradia que se experimenta a formação de coletividades. Ou, nas palavras de Alba Zaluar, é na vizinhança “e não com os colegas de trabalho, que vivenciam formas de solidariedade, de construção de identidades comuns e do sentimento, ainda que fragmentário e frágil, de pertencer a um ‘nós’ distintivo” (1985, p. 62n).

O argumento central deste artigo é que uma análise da construção e dos usos dos espaços das favelas torna legível algumas dimensões fundamentais da constituição desse “nós”. Assim, o primeiro aspecto do espaço construído das favelas cariocas que pede uma reflexão mais detida é o fato, já assinalado por Marcos Alvito, por exemplo, de que as favelas são, em grande medida, construídas pelas pessoas que as habitam. Alvito afirma que esse fato histórico tende a estabelecer entre os moradores e sua comunidade uma relação de “conquistadores” (Alvito, 2001, p. 69). Creio que essa afirmativa deve ser problematizada, só podendo ser considerada como válida em algumas circunstâncias e em determinados momentos; o mais comum é que esta seja uma relação repleta de conflitos e nuances, marcada por diversas temporalidades, que só podem ser apreendidas com referência ao contexto e ao lugar de fala dos moradores. Assim, a terceira parte deste texto irá se debruçar sobre alguns episódios e falas coletadas no trabalho de campo ora em andamento, de modo a delimitar analítica e historicamente o objeto de estudo.

Tais episódios e falas introduzem o terceiro grande tema ao qual esta pesquisa se endereça, a saber, o crescente corpo de literatura voltado para a teorização do espaço como dimensão constitutiva da vida social. Grande parte dessa produção é voltada para processos macrossociais (Harvey 1989; Lefebvre 1991; Soja 1989), mas uma vertente desses estudos tem elaborado, a partir de estudos de casos específicos (Gupta e Ferguson 1992; Hayden 1995; Low 1999), as relações entre a produção social do espaço, isto é, a análise histórica

e político-econômica da formação do espaço urbano e a construção social do espaço, que abrange os aspectos fenomenológico e simbólicos da experiência desse espaço, ou seja, os modos como os usos de determinados espaços os transformam, através de trocas, da construção social da memória e de conflitos em torno da própria materialidade do espaço (Low, 1999, p. 112).

A aposta teórica é a de que a articulação entre esses dois níveis de leitura da vida social forneça as bases para um exame mais detido do processo, acima mencionado, de construção de identidades sociais e políticas. Aqui, a noção de “produção de localidade”, tal como proposta por Appadurai, faz-se relevante. Definindo “localidade” um aspecto fenomenológico da vida social, constituído simultaneamente por práticas materiais e por uma “estrutura de sentimento” que dá sentido a práticas sociais situadas e cotidianas, Appadurai afirma que a localidade deve ser compreendida como o resultado dos processos de construção e reprodução – tanto material quanto subjetiva – de sentidos e contextos locais.² Assim, representações e vivências específicas de “localidade” – tais como as “comunidades” a que se referem moradores de favelas – devem ser concebidas como simultaneamente determinadas por contextos – na medida em que formações sociais concretas são, em grande medida determinadas por processos políticos, sociais e econômicos mais amplos, tais como a globalização nas últimas décadas – e produtoras de contexto, pois é no processo mesmo de reprodução da “comunidade” que contingências e a imaginação potencializam a mudança histórica e, neste movimento, a produção de novos contextos, sejam materiais, sociais ou imaginados (Appadurai, 1996; Gupta e Ferguson, 1992, p. 8).

Dessa perspectiva, é possível repensar as favelas do ponto de vista dos investimentos materiais naquele espaço, levando em conta as restrições e limites impostos por configurações de poder mais

² Impossível não notar a similaridade com a noção de *habitus* de Bourdieu – “história tornada natureza, e, portanto, negada como tal” – nesta definição (cf. Bourdieu, 1977, p. 78). Baseio-me ainda, no argumento de Bourdieu de que “o livro do qual crianças aprendem sua visão do mundo é lido com o corpo, no interior e através dos movimentos e deslocamentos que produzem o espaço no qual são encenados tanto quanto são produzidos por ele” (ibid., p. 90).

amplas, e daqueles que investem e negociam sua transformação no nível cotidiano. Se considerarmos que a entrada na cena pública dos moradores de favelas como atores políticos deu-se em meados dos anos 40, com a formação de comissões de moradores forjando uma resistência contra um suposto plano da prefeitura de remoção em larga escala de diversas favelas (Burgos, 1998; Lima, 1989), vislumbramos como a história da luta pela permanência no espaço de moradia implica necessariamente pensar também a dimensão cotidiana dessa politização da reivindicação pela legitimidade dessa forma de habitar. Em outras palavras, faz-se necessário pensar o espaço urbano como produção e construção social. Essa perspectiva engendra uma imagem muito distinta da mera precariedade ou de um espaço definido pela falta e em comparação à cidade “formal”. Levando-se em consideração os esforços cotidianos – investimentos financeiros e do trabalho material de construção da favela – para sua permanência, a favela emerge não como espaço da falta, mas como espaço produtivo de valor, tanto material quanto simbólico. A disputa entre os sentidos do próprio espaço como construção social e como produção social emerge, assim, como eixo interpretativo que abre um campo problemático de indagação sobre as condições de possibilidade dessa politização do cotidiano.

Ao tomar emprestadas tais noções, espero argumentar – e fornecer uma conclusão preliminar – sobre a importância de se pensar a produção da localidade como esta se dá no cenário contemporâneo das favelas cariocas. Mais especificamente, a intenção é a de chamar a atenção para como a articulação entre espaço e *agency* vem determinando, em grande medida, os modos como os moradores de favelas se constituem como sujeitos políticos.

Marginalidade, *underclass* e a perspectiva etnográfica: sobre o reposicionamento da cidadania em tempos de globalização

O sociólogo Loïc Wacquant, em artigo publicado em 1994, repleto de críticas à noção “*demi-savant*” de *underclass*, conclui suas reflexões em torno do que conceitua como o “hipergueto” do período

pós-fordista com uma comparação à discussão em torno do “mito da marginalidade” na América Latina (Wacquant, 1994). Citando um texto dos anos 70, de Alejandro Portes, sobre as favelas latino-americanas, Wacquant conclui que o erro das teorias do gueto – ou da favela – “tem sido o de transformar condições sociológicas em traços psicológicos e de imputar às vítimas as características distorcidas de seus vitimizadores” (ibid., p. 264). Como Janice Perlman³ (1976) e outros já haviam feito nos anos 70, em relação à noção de marginalidade na América Latina, Wacquant acusa os defensores da noção de *underclass* de essencializar os pobres e de confundir um artefato estatístico com um grupo social realmente existente.

Nas páginas que seguem, procurarei problematizar a comparação de Wacquant, não por considerá-las inválidas – pois certamente não o são –, mas para extrair da comparação histórica e conceitual uma problemática que creio ter repercussões para o tema central deste artigo. Para tanto, faz-se necessário um breve histórico da trajetória teórica do termo *underclass*⁴.

A idéia de uma *underclass* surge a partir do momento em que dados quantitativos referentes aos indicativos sociais dos guetos norte-americanos passam a acusar os efeitos da reestruturação econômica iniciada nos anos 70 e do conseqüente retraimento de políticas que garantiam um funcionamento mínimo de um Estado de Bem-Estar Social nos Estados Unidos.⁵ O termo ganha visibilidade a partir de grandes

³ Janice Perlman, como se sabe, concluíra que a idéia de marginalidade era “empiricamente falsa, analiticamente enganosa e insidiosa em suas implicações para a política” (1976).

⁴ Não farei o mesmo em relação à marginalidade, pois outros, presentes neste fórum, já o fizeram de modo mais rigoroso e relevante do que eu seria capaz. Para uma historicização da problemática da marginalidade, ver Machado da Silva (1983). Para uma análise mais detalhada da *underclass* do que a exposta aqui, ver Marks (1991) e também Wilson (1978, 1987).

⁵ Três transformações sociais nos guetos podem ser destacadas: em primeiro lugar, surge um padrão de saída de famílias com empregos estáveis dos bairros negros, muitas das quais se mudaram para os subúrbios, a partir do levantamento de restrições de moradia que garantiam a segregação espacial entre negros e brancos. Este movimento foi paralelo à construção de conjuntos habitacionais para indivíduos de baixa renda em áreas já guetoizadas. Juntos, estes dois

reportagens jornalísticas⁶ sobre as condições sociais “patológicas” nos guetos, sobretudo o aumento de índices de criminalidade, uso de drogas e gravidez precoce. Acadêmicos e políticos conservadores logo utilizaram os dados e as reportagens para acusar a rede de seguridade social pelas mazelas do gueto, argumentando que toda uma geração de negros teria se tornado dependente dos benefícios do Estado de Bem-Estar.

Ao longo dos anos 80 – coincidindo com o período Reagan –, o debate continuou entrincheirado entre duas posições políticas e/ou ideológicas. De um lado, pensadores e políticos conservadores insistiam em uma leitura marcada pelo determinismo cultural, segundo a qual fatores estruturais relacionados às profundas transformações econômicas dos anos 80 eram escamoteadas enquanto se privilegiava a argumentação calcada em falhas individuais e dependência dos programas de bem-estar em argumentos do estilo “cultura da pobreza”. De outro lado, pensadores “liberais” – no estranho sentido norte-americano do termo – não elaboraram um contradiscurso efetivo, argumentando que as “falhas” culturais dos guetos eram determinadas por situações macro-estruturais e, portanto, as “patologias” do gueto constituíam sintoma da desigualdade social. Tudo seria efetivamente muito parecido com o debate em torno do “mito da marginalidade”, travado nos anos 60 e 70 na América Latina,⁷ se não entrasse em cena a defesa do termo por William Julius Wilson.

processos contribuíram para a concentração da pobreza em áreas antes segregadas em função da etnia de seus moradores, o que garantia maior heterogeneidade social de seus moradores. Finalmente, a reestruturação econômica implicou, de um lado, uma polarização da oferta de emprego nas metrópoles, de modo que a demanda aumentou para empregos altamente especializados de alta qualificação e a demanda por trabalhadores com baixa qualificação para empregos de baixa remuneração no setor de serviços. Os empregos de média remuneração foram deslocados das metrópoles para zonas periféricas, atrás de incentivos fiscais e da diminuição de custos. Assim, os moradores do gueto teriam sido “expulsos” do mercado de trabalho assalariado e perdido o respaldo institucional que tinham no período em que programas de bem-estar vigoravam e havia uma classe média que lhes garantia algum poder de barganha política. Cf. Wacquant (1994).

⁶ Creio que uma semelhança com o chavão da “cidade partida” no Rio de Janeiro possa ser traçado aqui.

⁷ Guardadas as devidas diferenças entre uma discussão em torno do capitalismo monopolista, que constituía o contexto da discussão da marginalidade, e a problemática da reestruturação macroeconômica das últimas décadas.

Wilson fora o primeiro a problematizar a noção corrente de *underclass*, sem no entanto descartá-la, já em 1978, ao incluir na definição do termo, além dos negros moradores dos guetos já estabelecidos, uma crescente quantidade de imigrantes e brancos pobres, “[n]aquela massiva população” na parte mais baixa da estrutura social, “assolada por educação deficiente e por trabalho instável e de baixa renda” (Wilson, 1978, p. 1). Em trabalho subsequente, Wilson (1987) procura explicar as razões pelas quais leituras estruturais teriam perdido força no discurso público ao longo dos anos 80, e encontra uma explicação bastante razoável na controvérsia gerada pelo chamado relatório Moynihan, na ocasião de sua publicação em 1965.

O relatório fora elaborado por Daniel Patrick Moynihan, então Secretário Assistente de Trabalho responsável pelo Escritório de Pesquisa e Planejamento de políticas públicas do governo Lyndon Johnson. A pesquisa foi realizada ao final da conturbada década entre a decisão da Suprema Corte, em 1954, de dar fim à segregação racial em escolas e a Lei dos Direitos Civis de 1964, isto é, no período em que as dificuldades de se estabelecer a igualdade *de fato*, e não apenas de direito, se colocava tanto para o governo quanto para representantes de movimentos negros e de direitos civis. De modo muitíssimo resumido, o relatório, constatava que: 1. dados estatísticos demonstravam que os números de dissolução de casamentos, nascimentos de filhos ilegítimos, famílias chefiadas por mulheres e dependência em relação a políticas de bem-estar vinham aumentando nas últimas décadas; 2. as raízes de tais dados poderiam ser encontradas na escravidão, e suas conseqüências eram evidenciadas no modo como se deu a urbanização, nos altos índices de desemprego e pobreza, e na alta fertilidade dos negros; e 3. que todos esses problemas, juntos, davam origem a um “embaraço de patologias” cujas causas históricas tornavam necessárias políticas afirmativas para que os negros tivessem a oportunidade de sair deste círculo vicioso (Rainwater e Yancey 1967, pp. 5-6).

A reação às conclusões do relatório não tardou. Ainda que integrantes de movimentos de direitos civis e do movimento negro não tenham reagido do mesmo modo, e devido ao fato de muitos dos críticos do relatório concordarem que o mesmo era bem-intencionado, a acusação mais comum era a de etnocentrismo, que seria evidente

no fato de os dados serem interpretados de acordo com o ponto de visto de uma classe média branca. Essa comparação, por sua vez, “fornece o combustível para um novo racismo”, nas palavras de James Farmer, que seguia afirmando que “estamos [os negros] cansados de sermos analisados, mesmerizados, comprados, vendidos [...] enquanto os malefícios mesmos que constituem os ingredientes de nossa opressão permanecem sem atenção” (Farmer, 1967, p. 410).

Wilson (1987) retoma a questão do relatório Moynihan para criticar não só os argumentos de direita por seu determinismo cultural, mas também a recusa de acadêmicos de esquerda de encarar de frente uma série de dados quantitativos que indicam problemas semelhantes aos apontados pelo relatório, já no contexto dos anos 80, por temor de serem tachados de racistas. Segundo ele, a recusa de utilizar o termo – ou outro semelhante – acarretava a incapacidade de conceituar os efeitos da reestruturação econômica sobre as populações dos guetos. Apesar de o próprio Wilson ter em seguida abandonado o uso da noção de *underclass*, a importância de sua defesa inicial do termo, para os meus propósitos neste texto, reside no fato de sua crítica aos que o haviam rejeitado tornar legível o fato de que nem as leituras estruturalistas da esquerda e tampouco as leituras culturalistas da direita atentarem para o problema da *agency* – essa palavra de difícil tradução – das populações estudadas.

Como resultado do debate suscitado por Wilson, ao longo dos anos 90, vemos uma série de estudos que mesclam elementos de leituras das condições estruturais que inevitavelmente atuam no sentido de restringir possibilidades de ascensão social, e as escolhas de indivíduos localizados dentro dos campos de possibilidade gerados por tais condições. Wacquant (1994), por exemplo, usa o termo hiper-gueto para nomear as novas condições estruturais determinando as possibilidades de vida dos moradores de guetos, afirmando, no entanto, que seu trabalho dá conta apenas da nova configuração estrutural que articula politicamente as relações entre raça, classe e o espaço urbano, mas não de como essa reconfiguração é experimentada, isto é, de como constitui a experiência vivida dos moradores dos guetos. É esse campo que vem sendo crescentemente explorado a partir de uma perspectiva etnográfica, que visa articular conjunturas macro-sociais a estudos de casos localizados, presente em trabalhos como

os de Bourgois (1995), Anderson (1990), Caldeira (2000), Hayden (1995) ou Venkatesh (2000), que muito têm contribuído para uma discussão menos polarizada do que a dos anos 80.

Na América Latina em geral, e no Brasil, especificamente, uma dicotomia de posições políticas e/ou ideológicas tão marcante quanto a dos Estados Unidos dos anos 80 não parece fazer parte da tradição acadêmica, até porque é difícil falar-se em qualquer Estado de Bem-Estar que poderia causar dependência. A diferença de contextos históricos é também marcante. Enquanto os americanos se debatiam em torno da oposição estrutura *versus* cultura, no Brasil dos anos 80, toda uma tradição etnográfica vinha se desenvolvendo na esteira da abertura política e dos novos movimentos sociais que esta desencadeou. Assim, por mais que a posição por um debate estrutural tenha permanecido como pano de fundo, na década de 80 vemos uma série de trabalhos que valorizavam microestudos de casos e a perspectiva etnográfica (Cardoso 1986, p. 13) em uma tentativa de compreender os significados locais e localizados das novas demandas políticas.

Por esses motivos, toda a discussão em torno da *underclass* pode parecer muito distante do caso brasileiro e pouco proveitosa para um estudo do momento contemporâneo.⁸ Contudo, no caso das favelas cariocas, a valorização da perspectiva etnográfica tem perdido espaço para análises que privilegiam os deslocamentos no processo social gerados pelo aumento da criminalidade violenta ao longo dos anos 80 e 90, e, sobretudo, suas conseqüências na esfera da política institucional e dos movimentos de base ou de bairro. A preeminência do tráfico nestes estudos, obviamente, não é gratuita, uma vez que se trata de uma problemática que vem se configurando como a questão política e social central da cidade. Além disso, as conseqüências do tráfico de drogas sem dúvida perpassam todos os aspectos da vida na favela, inclusive os modos de uso, ordenação, ocupação e transformação de seu espaço físico.

⁸ Creio que esta discussão é importante, ainda por motivos que não posso trabalhar neste texto, a saber, a questão da entrada do discurso do “*identity politics*” norte-americano na esfera pública no Brasil. A intenção original deste texto era a de incorporar esta discussão, mas não foi possível devido aos limites de espaço.

Insisto, contudo, que se corre o risco, sob esse prisma, de repetir o erro dos “liberais” norte-americanos dos anos 80 e não prestar a devida atenção ao modo como processos sociais mais amplos – tais como os efeitos do tráfico internacional de drogas – afetam e configuram a *agency* desses atores políticos que são os moradores de favelas. A insistência na palavra *agency* e a sua não tradução ao longo deste texto devem-se à minha hesitação em fechar o sentido dessa capacidade de agir, de crer-se agente do processo social ou de operar em um registro político, ainda que tais formulações não se enderecem à política institucional ou institucionalizada. Pelo contrário, a ênfase no fazer diário requer que o sentido se mantenha aberto. Minha intenção, ao abordar esta problemática, é sugerir que se faz necessária uma problematização constante dos modos como identidades sociais e coletivas se constroem no plano cotidiano. Implícita nesta insistência em caracterizar práticas cotidianas de construção e transformação do espaço é a concepção da cidade como “obra” (*oeuvre*) coletiva, no dizer de Henri Lefebvre (Lefebvre, Kofman, e Lebas 1996, p. 101). Sob essa perspectiva, a cidade não poderia ser reduzida nem à ordem longínqua dos arranjos institucionais do Estado-Nação nem à “ordem próxima” das práticas cotidianas e de uso do espaço, mas materializaria o encontro dessas duas instâncias, constituindo uma mediação entre essas duas ordens, e, portanto, não redutível a uma ou a outra, justamente por ser a *agency* de atores individuais e coletivos que torna essa mediação possível.

Segue que o esvaziamento do imaginário da remoção e a intensificação dos efeitos do tráfico de drogas sobre a sociabilidade urbana no Rio de Janeiro operam o que Saskia Sassen chama de “reposicionamento da cidadania” (2002) dos moradores de favelas, que acabam por ocupar – malgrado eles mesmos, em muitos casos – uma posição estratégica que os insere em um campo propriamente político, pois suas demandas se colocam em termos de ter direitos a ter direitos, em suma, de pertencer à cidade na condição de cidadãos. O argumento é relativamente simples: partindo da idéia de Lefebvre, da cidade como *oeuvre*, Sassen afirma que a reestruturação econômica global das últimas décadas vem transformando as esferas de poder que organizam o próprio espaço urbano, na forma de uma transferência de poder do Estado-Nação para o capital internacional.

Isso não significa diagnosticar o colapso da importância do poder estatal, mas sim que sua atuação é reposicionada no jogo mais amplo de forças políticas. Neste movimento, são também reposicionadas as instâncias de demandas em torno do direito à cidade e os próprios conteúdos da cidadania que se reivindica. Nessa reconfiguração, atores “em posição de desvantagem adquirem presença no processo político mais amplo”, que “escapa às fronteiras da política formal” (ibid., p. 22). Esta presença, por sua vez, nomeia a *agency* de atores políticos que se constituem como tal mesmo não tendo poder efetivo sobre a política formal.

No caso das favelas cariocas, é possível argumentar que a reconfiguração dos esforços do Estado da remoção para a regularização fundiária, para a “integração” ou “consolidação” das favelas, através de programas como o Favela-Bairro, evidenciam que a permanência das favelas faz parte do cenário através das quais as disputas em torno da cidadania se desenrolam, ainda que se trate de atores políticos cuja *agency* é extremamente limitada e cuja cidadania permanece precária. Suas condições de vida e suas trajetórias individuais encontram-se localizados no campo de possibilidades que se esboça através da reprodução social da pobreza, do preconceito diário experimentado pelo próprio fato de se viver em favela e das dificuldades materiais e existenciais que experimentam devido à sua localização na cidade. Deste modo, espero capturar, através de um estudo etnográfico inicial, a constituição de moradores das favelas como sujeitos políticos por meio de um estudo sobre as práticas materiais – e suas dimensões subjetivas – que condicionam essa presença, ainda que fragmentada em suas demandas no nível da política institucional.

Fragmentos de um diário de campo: a favela como espaço produtivo

A questão da disparidade entre uma igualdade de direito e uma igualdade de fato para populações espacialmente segregadas, que veio à tona na discussão anterior em relação ao relatório Moynihan, coloca-se, no Brasil, de modo distinto em relação aos Estados Unidos. Para além da questão – que é central – da articulação política

entre raça e segregação social nos dois países, parte da conceituação do hiperqueto de Wacquant se apóia na constatação da deterioração física e no retraimento de investimentos estatais em espaços segregados norte-americanos, seja nos conjuntos habitacionais, seja na propriedade privada dos guetos. Nas favelas, ao contrário, desde a abertura política, com o esvaziamento do imaginário remocionista, temos assistido a um *boom* de construção privada e informal dos moradores, evidentes no fenômeno da verticalização, bem como a um aumento em investimentos públicos em saneamento, meio ambiente e outros programas sociais que, ainda que deficitários e insuficientes, vêm transformando radicalmente a feição física das mesmas, sem no entanto garantir a observância dos direitos de cidadania de seus moradores (Machado da Silva e Leite, 2004).

Essa temática vem sendo explorada sobretudo por estudos quantitativos, que têm demonstrado a crescente heterogeneidade das populações residentes em favelas, o possível esgotamento de uma certa definição da favela – seu “tipo ideal”, segundo Preteceille e Valladares (2000) – e também do ponto de vista das transformações – sobretudo a crescente fragmentação – dos modos de associativismo dentro das mesmas (cf., por ex., Ibase, 2004). Minha intenção aqui é a de complementar essas perspectivas, através de uma análise etnográfica exploratória sobre os modos como as transformações recentes acima mencionadas têm sido vivenciadas e interpretadas por alguns atores locais residentes em um complexo de favelas localizado na região da Tijuca. Para tanto, partirei de duas imagens pinçadas do meu diário de campo da pesquisa ora em andamento. Essas imagens estão necessária e inextricavelmente conectadas a trajetórias de vida, e não objetivam uma visão totalizante, mas sim o levantamento de alguns elementos para a discussão dos contextos em que a construção de identidades se interconecta com o espaço social da favela e com a *agency* de indivíduos localizados.

Primeira imagem: a visão do alto – a construção da comunidade

A casa é emboçada por fora, sem pintura, mas aparentemente bem-acabada, sem grandes distinções em relação às vizinhas, que,

nesta parte alta do morro, são mais espaçadas, a maioria contando com quintais e plantas. Seu acesso se dá através de uma escada construída como parte da obra do Favela-Bairro, que passou pela comunidade em 1998, e já apresenta alguns sinais de desgaste. Quando entramos, no entanto, vemos o estado de deterioração da construção: rachaduras atravessam todas as paredes, a pintura está descascando, o chão afundando, e há marcas de infiltração por toda parte. A casa tem quarto, um espaço que faz as vezes de sala e cozinha, e um pequeno banheiro, além de uma porta que dá para o quintal. Daqui, a vista é impressionante – vê-se, em primeiro plano, os bairros do Andaraí e de Vila Isabel. Mais ao fundo, a Baía de Guanabara, onde se destaca a monumentalesca ponte Rio-Niterói, e, à distância, são visíveis os contornos dos morros da Zonal Sul.

O dono da casa estava à nossa espera, fazendo seu almoço. A televisão ligada no quarto ao lado passava o jornal local da tarde. A entrevista é triste e contrasta com meu primeiro contato com esse senhor. Naquela ocasião, durante uma oficina para a construção da memória da comunidade,⁹ ele agia mesmo como o “conquistador” a que Alvim se referiu em seu livro sobre Acari. Na oficina, ele falava repetidas vezes sobre as “conquistas” – mutirões para o encanamento da água, calçamento inicial das ruas e assim por diante – “Fui eu!”. Agitado, contava das homenagens e do reconhecimento que recebera de políticos e de outros moradores, falava em velhos companheiros “de luta” que queria que fossem lembrados pelos moradores jovens presentes.

Agora, não. Meu informante olha em volta e fala de sua vida de um modo saturado de amargura. Nascido em 1921, na Paraíba, onde levava vida de “*escravo pr’aqueles fazendeiros latifundiários até não agüentei mais*”, nos anos 50 veio “*pra cidade grande pra ver se... se melhorava mais, e não dei sorte*”. Mudou-se para a comunidade onde vive hoje depois de quinze anos em Nova Iguaçu. Além de ter colabo-

⁹ A oficina foi realizada como parte do projeto Condutores de Memória (Agenda Social Rio/Ibase/Gestão Comunitária), no qual trabalhei como supervisora técnica entre julho de 2000 e agosto de 2001. Essa fala desse morador repetiu-se em três ocasiões distintas: em uma conversa preliminar sobre uma entrevista a ser realizada em vídeo, na própria entrevista gravada em vídeo e na ocasião que descrevo aqui, em junho de 2004.

rado com diversos presidentes da associação de moradores, participou de uma série de mutirões que trouxeram água encanada para a comunidade, e trabalhava como operário da construção civil. Olhando a vista de seu quintal, ele reflete sobre sua trajetória de vida:

Trabalhei muito para fazer apartamento bonito pra essa gente morar. Daqui da Tijuca até Leblon, eu fiz muito, muito apartamento bonito, Copacabana, Ipanema. E a vida é essa. E se tivesse, hoje eu me considerava rico se tivesse uma casinha mais ou menos pra viver dentro, debaixo. Vocês tão vendo aí. Táí o estado. E não é porque eu não quero não, é porque eu não pude fazer pra mim uma casa boa. Não tem chance.

Esse fragmento etnográfico abre várias possibilidades de interpretação. Gostaria de deter-me, no entanto, na disparidade entre a imagem do “conquistador” e a do injustiçado, tendo como fio condutor a questão do trabalho material e dos investimentos cotidianos. A triste ironia do operário da construção civil que vive em condições precárias pode ser ouvida em diversas favelas do Rio de Janeiro. Neste caso, é ainda mais aguda pelo seu histórico de envolvimento na própria construção material da comunidade. A casa figura aqui como direito básico de cidadania.

Michel de Certeau falava que a visão do alto da torre do já extinto World Trade Center assemelhava-se ao olhar onisciente de Deus (1984, p. 92). Meu informante, ao contrário, olha a cidade “formal” de cima e vê os frutos de seu trabalho ao longo da vida.¹⁰ Nesse olhar, e em seus arredores, sente a imensa distância social e a desigualdade que marcou sua vida e que continua a definir sua situação social de aposentado que recebe um salário mínimo e uma cesta básica por mês; a distância lhe confere uma visão do todo e lhe empresta a clareza de ver seu lugar nessa vastidão.

¹⁰ A formulação do jovem Marx de “trabalho alienado” parece aplicar-se aqui. Segundo Marx, o trabalho de transformação da natureza seria universal, na medida em que o mesmo satisfaz necessidades humanas. Sob o capitalismo, no entanto, este trabalho torna-se um meio de satisfazer as necessidades humanas através da venda da força do trabalho – o que implica necessariamente a alienação em relação aos frutos de seu trabalho e a inversão da relação original entre homem e natureza. Cf. Marx, 1964, pp. 123-125. No caso descrito, é efetivamente a sensação da alienação dos frutos do trabalho de meu informante o que está em jogo.

Em outro trabalho (Cavalcanti 2003), argumentei que o traço mais marcante da narrativa histórica dos moradores mais antigos dessa comunidade é que ela quase sempre apresenta dois grandes marcos: as lutas pela posse da terra nos anos 50 e as mudanças decorrentes da ascensão do tráfico de drogas no final dos anos 70. O tempo “das lutas” – termo usado por inúmeros moradores para descrever os atos de resistência ao despejo que culminaram na fundação da União dos Trabalhadores Favelados, é evocado, em geral, como um “antes” longínquo e idealizado, em relação a um “depois”, constituído pelo tempo atual, “hoje”, definido pela “violência”. A entrada do tráfico na comunidade figura como um divisor de águas em um certo modo de vida,¹¹ impondo outros limites às possibilidades de ação política de seus moradores.

É evidente que esses cortes se articulam a processos sociais mais amplos, sobretudo o programa de remoções iniciado no governo Carlos Lacerda e continuado ao longo do regime militar. A sistemática intervenção nas associações de moradores e a incapacidade dos movimentos dos favelados em conter a maioria das tentativas de remoção, seguidas do período chaguista, marcado pelo clientelismo e pela ausência de políticas mais amplas voltadas para a favela, como já assinalaram Burgos (1998) e Machado da Silva (2002), tiveram o efeito de desarticular a demanda pelo direito de permanecer na favela de um projeto de inserção social ou democrática mais amplas. Essa desarticulação, por sua vez, aliada à emergência da criminalidade violenta e ao subsequente investimento público maior nas favelas do período Brizola, teve o efeito de transformar radicalmente as relações entre a construção material da comunidade como um espaço social compartilhado e a produção de identidades sociais baseadas na localidade.

¹¹ O outro corte decisivo observado é aquele que estabelece a distinção entre o tráfico “antes” e o tráfico “hoje”. “Antigamente” é, nesses casos, definido pelo período anterior ao dos tiroteios constantes, em que os armamentos eram menos sofisticados e o tráfico funcionava em um esquema mais precário, “quando havia respeito” da parte dos traficantes. “Hoje”, nesta distinção, é o tempo presente, o medo cotidiano, que coloca em cena com alguma frequência uma narrativa de decadência.

Se seguimos esse esquema mais amplo na trajetória desse morador em particular, o tempo “das lutas” é indissociável de seu trabalho material e da construção dos espaços físicos da comunidade. Trazer a água encanada e pavimentar ruas, ao invés de assinalar sua marginalidade – pelo menos desse ponto de vista do presente – provava a capacidade de mobilização e de realização coletiva. Uma luta política que se deu através do cotidiano e tendo como objetivo principal mudar esse cotidiano, em um processo de construção mesmo de sua cidadania. Idealizações *a posteriori* à parte, é inegável que esse trabalho material e subjetivo de “luta” desempenhou um papel fundamental na visão de mundo deste senhor de 83 anos, que afirma que:

Eu me considero fundador dessa área. Com 32 ano [sic] que moro aqui. E a vida é essa. É, não tinha nada aqui. Hoje já tem alguma coisa porque o povo lutaram, né? Eu até agora tô lutando. E continuo a lutar pela melhoria daqui. O povo ajudaram, agora já se parece com um canto de gente morar. Tá se parecendo, ainda não tá certo não, mas tá se parecendo com lugar de ser humano viver.

O trabalho material de construção da comunidade dava-se, sobretudo, como a construção de um futuro melhor para uma coletividade. Um “lugar de ser humano viver” ou de “gente morar” implica uma imaginação de se ter direito à cidade que ele ajudou a construir. Uma temporalidade vivida e imaginada em um sentido de melhoria, através da “luta”, que gerava uma certa espacialidade na qual o inacabado revela a distância mesma entre a situação atual e uma cidadania a ser atingida.

A casa decadente, por sua vez, assinala justamente a precariedade de sua cidadania, que é percebida não apenas no âmbito da política formal, mas nas dificuldades cotidianas que atribui à falta de reconhecimento de sua própria trajetória de vida, de sua capacidade de realização, de sua *agency*, em suma. Assim, vislumbramos como o dia-a-dia é lugar de elaboração simbólica que define uma esfera política da qual se sente excluído.

Segunda imagem: a visão do chão – a casa como processo

Na mesa, após o almoço, sento com uma mãe e sua filha de 8 anos, com fotos de família espalhadas pela mesa. As imagens datam dos anos 80, são coloridas em sua maioria, e há poucos registros anteriores a esse período. Separo uma seqüência de fotografias que chamam a atenção: na primeira, a mãe e seu marido se beijam, em uma pose típica de recém-casados. O cenário são as obras de construção da vila que hoje dividem com duas outras irmãs, duas tias e dois primos, em um total de sete casas. Foi a primeira versão em alvenaria da casa da família, construída no período após a intervenção do programa Cada Família, um Lote, do governo Brizola. Essa primeira versão da casa era pequena – um minúsculo cômodo utilizado como sala e cozinha, e dois pequenos quartos. Algumas marcas dessa versão inicial ainda se fazem visíveis, sobretudo pela diferença no piso em relação a ampliações posteriores. A mãe ainda não sabia, mas, no momento em que a primeira fotografia foi tirada, ela estava grávida de sua filha mais velha, hoje com 17 anos. Na segunda fotografia, a filha mais velha aparece, no colo, sobre o pano de fundo da parte exterior da laje onde seriam construídos mais dois quartos. A parte de fora da casa permanece com os tijolos à mostra. Já na terceira fotografia, o bebê no colo é a filha mais nova, presente em nossa conversa, e o cenário é a parte da varanda que hoje já se encontra coberta, exceto na parte da escada que conduz à laje onde se secam roupas e, no verão, fazem-se churrascos e é montada uma piscina de plástico para as crianças. Na última fotografia, a filha velha posa na parede externa que dá para a vila, antes desta ser emboçada. A mãe vai narrando as transformações e ampliações pelas quais a casa passou e me apontando, na disposição atual da casa, já emboçada e pintada por fora e por dentro, como se deu a expansão.

A casa, hoje, é das mais bem-equipadas que conheço na comunidade: tem um aparelho de televisão em cada quarto (no total de três), um computador, aparelho de som, videocassete, fogão moderno, máquina de lavar roupas, e é bem mobiliada. Os pais ocupam o quarto na parte mais ao fundo da casa, pois é de lá que vêm os tiros dos traficantes da comunidade vizinha, e são eles quem dormem na sala quando os tiroteios ficam muito intensos. A janela da sala é

gradeada, para evitar que as crianças saiam ou que outras pessoas entrem, já que o acesso seria muito fácil do beco próximo, ou mesmo da laje do vizinho, onde sempre há crianças soltando pipas, e ela me diz que ainda “faltam” grades nas outras janelas que dão para a mesma região externa. O próximo projeto é cobrir parcialmente a laje de cima, para criar uma área de lazer mais protegida e evitar ter que correr para cima para retirar as roupas do varal toda vez que chove.

Esse investimento em uma área de lazer é fundamental para pais que trabalham e não podem estar sempre “de olho” nas andanças dos filhos, como é o caso dessa família e de outras com quem venho conversando. A mãe tem dois empregos como auxiliar de enfermagem, e o pai é vendedor de seguros-saúde, apesar da própria família viver sem essa cobertura. Nas últimas férias escolares, os filhos mais novos reclamaram muito de não “ter o que fazer”. Para o menino, de 11 anos, o problema não era tão grave, já que, no andar de baixo, na casa de sua tia paterna, há um videogame, em torno do qual vários meninos – e alguns adultos, desempregados no momento – passavam o dia jogando futebol na tela. A “lei da vila” dessa família extensa é de brincar apenas dentro dos seus limites, onde é “seguro”. Ir para a quadra, só pela manhã, e de preferência com algum adulto por perto. Para a menina, restava desenhar no computador, acompanhar a antropóloga em suas andanças pelo morro e assistir a reações de novelas até a chegada dos pais. Ambos me disseram estar com muita saudade da escola.

A seqüência de fotografias parecia confirmar o que a observação já havia sugerido e que foi mais bem sintetizado por outro informante – morador de outro verdadeiro “complexo familiar”, que também resultou da subdivisão do loteamento que lhe foi concedido no governo Brizola. A casa é uma das mais “sólidas” e bem acabadas que vi na comunidade, cada parte com uma fachada de decoração distinta – tijolinhos na casa de uma filha, cujo acesso se dá por um beco, azulejos na fachada que dá para a rua. Quando comentei minha impressão sobre sua casa e perguntei quando ficaria pronta, ele sorriu e disse: *“Casa na favela nunca fica pronta”*.

Continuemos com a referência a Michel de Certeau. O contraponto da imagem do alto da cidade, a visão totalizante, de Deus ou do planejador, seria a visão do chão, aquela míope e repleta de contingências que constituem o âmbito dos usos da cidade ou das

práticas cotidianas. Nessas práticas, de Certeau busca localizar uma produção, um fazer diário e disperso, que escapa às relações de poder do regime de produção de uma dada sociedade, sendo ao mesmo tempo diretamente relacionado e possibilitado por este regime de poder. Nessas práticas, sentido e *agency* se intersectam, constituindo mundos de significados simbólicos e concretude material. Daí a ênfase, nesta seção, na “casa”, e não na habitação, esse termo mais abstrato que tende a perder de vista o significado mais básico de morar como atividade cotidiana, que, como qualquer outra, pode ser lugar de conflitos e disputas que não se colocam necessariamente no plano da política institucional, ainda que sejam vivenciados e sentidos como evidência de uma cidadania restrita e problemática.

Ainda outra informante me diz: *“passei a vida toda correndo atrás de uma casa. Morei de aluguel, de favor, aí consegui um barraquinho”*. Não se pode afirmar que isso constitui uma particularidade da favela ou de pessoas de baixa renda em geral. Muito pelo contrário, a centralidade da importância de uma casa própria para a moradia da família nuclear é própria de sociedades capitalistas ocidentais. Mas podemos, sim, afirmar que na favela a casa como um processo, como um projeto de vida, ganha contornos próprios, e, nesse sentido, torna-se uma lente através da qual é possível vislumbrar tanto as transformações físicas nas favelas quanto as relações entre as condições de possibilidade dadas por processos sociais mais amplos que tornam possíveis tais transformações. Contudo, como venho argumentando, a leitura que privilegia apenas as transformações nas favelas a partir da emergência de uma sociabilidade violenta faz perder de vista as negociações diárias entre instâncias distintas de poder – incluindo aí a dos traficantes dentro do espaço da favela. Não se trata, aqui, de uma leitura meramente funcionalista do processo, à la Escola de Chicago, mas de compreender a dimensão de construção da casa como um processo, como produção de valor, e, sobretudo, como lugar de imaginação e construção do futuro.

De acordo com o censo de 1950, cerca de metade das 35 mil habitações tidas como localizadas em favelas eram feitas de paredes de madeira, cobertura de zinco, e chão de terra (Monteiro 2003). A proibição pelo código de obras de 1937, aliada ao espectro da remoção, não possibilitava o dispêndio dos recursos escassos dos moradores

em habitações “provisórias” – tanto no sentido jurídico quanto no sentido fenomenológico, pois essas condições materiais tornavam as habitações efetivamente provisórias. São comuns as narrativas de moradores que tiveram de reconstruir suas casas total ou parcialmente diversas vezes, devido a desabamentos, sobretudo em períodos de chuva. Uma rápida pesquisa na seção de iconografia do Arquivo Geral da Cidade ou mesmo uma visita ao site “Favela Tem Memória” podem atestar a mudança drástica na forma física das favelas a partir da segunda metade dos anos 70. Hoje, de acordo com os dados do censo de 2000, 95% das casas são de alvenaria, e podemos mesmo observar, nessa trajetória, períodos em que são visíveis muitos “híbridos” – parte das casas de madeira, barro e outros materiais “provisórios” e parte de tijolos, com telhas. A passagem do Favela-Bairro por certas comunidades, segundo alguns moradores, também favoreceu a construção em alvenaria, uma vez que a pavimentação das ruas de acesso facilitou o transporte e a entrega de materiais de construção, barateando o processo de construção e expansão. A permanência conquistada ao longo das últimas décadas inaugura essa temporalidade de investimentos materiais sobre o espaço privado da casa que “nunca fica pronta”, temporalidade essa que é análoga à de uma cidadania sempre restrita e insuficiente, como objetivo a ser atingido.

Dessa transformação derivam outras. Conversas com moradores mais velhos revelam que mutirões para “bater uma laje” foram até os anos 80 o modo mais comum de construção. Esse processo – que James Holston (1991) chamou de “autoconstrução” em trabalho sobre as periferias de São Paulo e Brasília – tem sido cada vez mais substituído pela contratação de serviços de terceiros, muitos residentes nas próprias comunidades, sem qualquer formação. Dois desses pedreiros com quem conversei cobram uma diária de R\$40 por seus serviços, e estão constantemente engajados em trabalhos; a demanda supera em muito suas capacidades de atendê-la. Essa “terceirização” da construção, contudo, não reflete um desinvestimento material ou afetivo da casa. Como argumenta o próprio Holston, o trabalho de construção, paradoxalmente, reproduz a ordem dominante e a “periferia” em si. Mas, ao tornar essa reprodução possível, aproxima o centro e sua promessa de um futuro melhor para o construtor individual (Holston, 1991, p. 450).

De outro lado, esse declínio da autoconstrução como modo de erguer habitações, e que constituía implicitamente um dos elementos do ideal tipo da favela, reflete a expansão do mercado imobiliário de favelas a que se tem assistido desde o esvaziamento do programa de remoções – e de toda a aparelhagem institucional que o acompanhou (cf., por ex., Abramo, 2003). Se o aluguel em si não representa necessariamente uma novidade, em parte por remontar ao tempo em que a ocupação dos morros era mediada por grileiros (Gomes, 1980, p. 22), nos dias de hoje, a sua própria escala, além do aluguel de cômodos ou a construção de imóveis com este fim por moradores mais estabelecidos, são mudanças que, por sua vez, assinalam transformações também nas relações sociais dentro da favela, que, acredito, pode ser lida em termos de uma crescente privatização da vida social, que torna mais visíveis as diferenciações e estratificações sociais dentro da mesma (cf. Niemeyer, 1979). Não cabe aqui um estudo detalhado das conseqüências dessas mudanças, que terei de deixar para outra ocasião, mas essa é uma dimensão da própria fragmentação dos movimentos sociais dos moradores das favelas que merece ser mais bem explorada.

Conclusão

Uma casa não se resume à sua pura materialidade. Além da constante redefinição das fronteiras entre privado e público que essa estrutura física opera, a casa e a esfera privada são lugares fundamentais da reprodução social de uma sociedade ou de um grupo social, tanto no nível dos códigos explícitos de uma cultura quanto lugar de internalização e reprodução de seu *habitus*, como já observou Bourdieu (1977, 1979). No caso de moradores de favelas, como vimos, a casa é, antes de mais nada, em si um objetivo a ser alcançado, que condensa uma série de significados sociais – noções de respeito e respeitabilidade, a observação do direito à moradia, o estigma atrelado à sua localização e o cuidado diário requerido pela reprodução social.

Nesse sentido, um dos dados gerados pela observação que mais tem chamado a minha atenção é o constante investimento de muitas famílias na casa como um lugar “seguro”. Como notei no fragmento

acima, é, sobretudo nessa separação entre o “dentro” e o “fora” que mais se fazem sentir os efeitos da criminalidade violenta sobre o cotidiano dos moradores de favelas cariocas. O videogame, a televisão e o computador emergem, nesse contexto, como bens tidos como imprescindíveis para muitas famílias, que buscam mecanismos de controle das andanças de seus filhos pela comunidade. É a esse tipo de espacialidade que me refiro quando falo em privatização da vida social, uma espacialidade que tende a fortalecer redes sociais já existentes, que podem passar pela Igreja e outras associações religiosas, grupos de jovens, ou por laços de família e afinidade daqueles que têm acesso a espaços privados que se tornam compartilhados por grupos distintos que se identificam entre si, muitas vezes em oposição a outros grupos da própria comunidade.¹² Assim, as condições nas quais a localidade – como uma “estrutura de sentimento” de pertencimento – se produz e reproduz encontram-se profundamente modificadas com relação ao contexto vigente no período das remoções.

Essa fragmentação das condições em que demandas coletivas poderiam ser encaminhadas no âmbito da política institucional não implica, contudo, um desinvestimento de esforços diários pela “melhoria” da comunidade, mas sim seu reposicionamento – tanto externo quanto interno – a partir de outros determinantes estruturais e outras conjunturas culturais. A “revolta” ou o “ressentimento”, termos utilizados respectivamente por Zaluar (1985) e Burgos (1998) para nomear o modo como essa distância da esfera política formal se reveste de sentidos locais, têm seu contraponto nesses esforços cotidianos de construir uma casa “digna” e “segura”. O sentido dessas ações permanece o de construção cotidiana de uma cidadania que permanece tão inacabada quanto as casas. Essa *agency*, hoje direcionada a uma “melhoria” individual ou de grupos restritos, contudo, permanece impregnada de sentidos políticos, sendo cada tijolo ou cômodo adicionado às estruturas já existentes vivido como mais um passo no sentido de superar os limites impostos pela ordem social

¹² Esta diferenciação fragmenta ainda mais as oposições notadas por Zaluar (1985) entre trabalhadores e bandidos, e é calcada em estilos de vida que não necessariamente são da ordem da vida “pública” e sim de escolhas privadas.

dominante. Essa busca da superação é evidenciada pela frequência com que se ouve que é preciso “correr atrás” da “melhoria” (para usos semelhantes do termo, ver Borges 2003).

Essa nova espacialidade da *agency* na favela – que pode ser definida em termos de investimentos materiais em espaços privados – permanece entrelaçada a processos sociais mais amplos. A precária inserção no mercado de trabalho – e os altos índices de desemprego – também tem tido seus efeitos sobre os usos dos espaços privados e as relações de gênero. Surpreendeu-me, na primeira semana da pesquisa de campo, que a esmagadora maioria dos responsáveis que iam buscar crianças nas creches eram homens indo buscar seus filhos. Conversas e entrevistas subsequentes revelaram um padrão recorrente de, nos últimos anos, homens e mulheres terem perdido empregos, mas homens terem maior dificuldade em encontrar outro trabalho. Um número considerável de mulheres, nessas condições, acaba por encontrar trabalho como empregada doméstica.¹³

Esse apanhado geral de dados etnográficos parece confirmar o consenso com o qual comecei o texto, de que é nas relações de vizinhança que os moradores de favelas encontram espaço para a construção de identidades sociais e de um sentimento de *agency*. Contudo, também aponta para o fato de que essa articulação entre espaço e *agency* vem sofrendo alterações nas últimas décadas, de um lado, devido à conquista do direito à permanência na favela, e, de outro, da sociabilidade marcada pela criminalidade violenta. Juntos, estes dois processos inauguram novas temporalidades e espacialidades através das quais o pertencimento à comunidade é vivido, e, por extensão, novas visões de uma cidadania a ser atingida, e outras estratégias de “correr atrás” dela.

¹³ Esta é uma hipótese exploratória, pois requer uma confirmação através da análise de dados quantitativos.

Referências

- ABRAMO, P. (2003). *A dinâmica do mercado de solo informal e a mobilidade residencial dos pobres*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Urbanismo/Instituto Pereira Passos/Diretoria de Informações Geográficas.
- AGACHE, A. (1930). *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação, embelezamento*. Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal.
- ALVITO, M. (2001). *As cores de Acar: uma favela carioca*. Rio de Janeiro, Brasil/Editora FGV.
- ANDERSON, E. (1990). *Streetwise: race, class, and change in an urban community*. Chicago, University of Chicago Press.
- APPADURAI, A. (1996). "The Production of Locality". In: *Modernity at Large: cultural dimensions of globalization*. Minnesota, The University of Minnesota Press.
- BORGES, A. (2003). *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política. Antropologia da Política*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- BOURDIEU, P. (1977). *Outline of a theory of practice*. New York, Cambridge University Press.
- _____. (1979). "The Kabyle house or the world reversed". In: *Algeria 1960: the disenchantment of the world: the sense of honour: the Kabyle house or the world reversed: essays*. New York, Cambridge University Press.
- BOURGOIS, P. I. (1995). *In search of respect: selling crack in El Barrio. Structural analysis in the social sciences*. New York, Cambridge University Press.
- BURGOS, M. B. (1998). "Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro". In: ZALUAR, A. e Alvito, M. (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.
- CALDEIRA, T. P. R. (2000). *City of walls: crime, segregation, and citizenship in São Paulo*. Berkeley, University of California Press.
- CARDOSO, R. (org.) (1986). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- CASÉ, P. (1996). *Favela. Arenas do Rio*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- CAVALCANTI, M. (2003). "Memoria y Cotidianidad de la Represión en el Morro do Borel". In: JELIN, E. e DEL PINO, P. (orgs.). *Luchas Locales, Comunidades e Identidades*. Madri e Buenos Aires, Siglo XXI.
- CERTEAU, M. de (1984). *The practice of everyday life*. Berkeley, University of California Press.
- FARMER, J. (1967). "Newspaper Columns". In: *The Moynihan Report and the Politics of Controversy*. Edited por L. Rainwater e W. L. Yancey. Massachusetts, MA e Londres, The MIT Press.
- GOMES, M. (1980). *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro, Ilha.
- GUPTA, A. e FERGUSON, J. (1992). Beyond "Culture": Space, Identity, and the Politics of Difference. *Cultural Anthropology*, n. 7, pp. 6-23.
- HARVEY, D. (1989). *The urban experience*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- HAYDEN, D. (1995). *The Power of Place: Urban Landscapes as Public History*. Cambridge, Mass./Londres, The MIT Press.
- HOLSTON, J. (1991). Autoconstruction in Working-Class Brazil. *Cultural Anthropology*, n. 6, pp. 447-465.
- IBASE (2004). *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro, Ibase.
- JACQUES, P. B. (2001). *Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra/Rioarte.
- LEFEBVRE, H. (1991). *The production of space*. Oxford, Cambridge, Blackwell.
- LEFEBVRE, H.; KOFMAN, E. e LEBAS, E. (1996). *Writings on cities*. Cambridge, Mass. Blackwell Publishers.
- LESSA, C. (2000). *O Rio de Todos os Brasis*. Rio de Janeiro, Record.
- LEWIS, O. ([1955] 1965). *Five Families: Mexican case studies in the Culture of Poverty*. Nova York, Simon and Schuster.
- LIMA, N. V. T. (1989). *O Movimento de Favelados do Rio de Janeiro – políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Rio de Janeiro, Iuperj.
- LOW, S. M. (1999). "Spatializing Culture: The social Production and Social Construction of Public Space in Costa Rica". In: LOW, S. M. (ed.). *Theorizing the City: the new urban anthropology reader*. New Brunswick, New Jersey e Londres, Rutgers University Press.

- MACHADO DA SILVA, L. A. (1983). "Vida e morte da Teoria da Marginalidade". In: FIGUEIREDO, E. de L.; CERQUEIRA FILHO, G. e Konder, L. (orgs). *Por que Marx?* Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (2002). "A continuidade do "problema da favela". In: OLIVEIRA, L. L. (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- MACHADO DA SILVA, L. A. e LEITE, M. P. (2004). "Favelas e Democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas". In: *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro, Ibase.
- MARKS, C. (1991). The Urban Underclass. *Annual Review of Sociology*, n. 17, pp. 445-66.
- MARX, K. (1964). *Early writings*. Edited and translated by T. B. Bottomore. New York, McGraw-Hill.
- MONTEIRO, M. (2003). "Do estuque ao tijolo". Disponível em: www.favelatemmemoria.com.br.
- NIEMEYER, A. M. de (1979). Favela: "iguais e desiguais". *Revista de Antropologia*, n. 22, pp. 113-131.
- OLIVEIRA, N. de S. (1996). Favelas and Ghettos: Race and Class in Rio de Janeiro and New York City. *Latin American Perspectives*, n. 23, pp. 71-89.
- PERLMAN, J. E. (1976). *The myth of marginality: urban poverty and politics in Rio de Janeiro*. Berkeley, University of California Press.
- PRETECEILLE, E. e L. VALLADARES (2000). "A Desigualdade entre os pobres – favela, favelas". In: HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro e Brasília, Ipea.
- RAINWATER, L. e YANCEY, W. L. (1967). *The Moynihan Report and the Politics of Controversy*. Cambridge, MA, e Londres, The MIT Press.
- SASSEN, S. (2002). The Repositioning of Citizenship: emergent subjects and spaces for politics. *Berkeley Journal of Sociology*, pp. 4-26.
- SOJA, E. W. (1989). *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory*. Londres/Nova York, Verso.
- VENKATESH, S. A. (2000). *American project: the rise and fall of a modern ghetto*. Cambridge, Mass. Harvard University Press.

- WACQUANT, L. J. D. (1994). "The New Urban Color Line: the state and fate of the Ghetto in Post-Fordist America". In: CALHOUN, C. (org.). *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford e Cambridge, Blackwell.
- WILSON, W. J. (1978). *The Declining Significance of Race: blacks and changing American Institutions*. Chicago, The University of Chicago Press.
- _____ (1987). *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy*. Chicago, University of Chicago Press.
- ZALUAR, A. (1985). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense.

Recebido em set./2004.

Aprovado em set./2004.